

**OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE PROJETO NOMES GEOGRÁFICOS DO
PARANÁ**

Auditório do Museu Oscar Niemeyer 20 e 21 novembro 2007

Serendipity, Cacete Armado e Goytacazes: uma ou outra coisa que sei disso

Mauro de Salles Villar

Agradeço o convite para estar presente a esse encontro, feito pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Geral Ênio José Verri, pelo Diretor-Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, José Antônio Peres Gediel e pelas capazes profissionais a cartógrafa Gislene Lessa e geógrafa Izabella Maria Swierczynski.

Vou iniciar contando que conheci Izabella e Gislene num curso de padronização de geônimos que fizemos no IBGE do Rio de Janeiro, dado pela ONU em maio deste ano.

No mês passado, a Izabella me escreveu, perguntando se eu não poderia vir aqui dar uma palestra. Claro que eu teria o maior prazer nisso. O problema era que, com exceção do que disse sobre toponímia em duas oportunidades no IBGE, aquilo sobre que eu vinha tratando ultimamente aqui e fora do Brasil era de lexicografia contextualista, contrônimos, frasemas, pragmatemas, temas assim.

Tendo confessado andar metido com fatos lingüísticos desse teor na certa incomum para a maioria dos presentes, fiquei certo de que não se poderia manter o convite. Passados uns dias, porém, recebi uma resposta da vulcânica Izabella que dizia qualquer coisa como: “Ótimo! Então venha sim, que precisamos aqui de quem fale pelos filólogos”.

Essa é razão de eu estar aqui. Descansem, porém, porque não vou tratar de pragmatemas, microestruturas lexicográficas e muito menos de contrônimos. E para demonstrar que os caminhos do Senhor não são assim tão ínvios,

resolvi discorrer sobre “que é que um filólogo está fazendo aqui”, subtítulo do tema sobre que me propus tratar, procurando demonstrar utilidades da filologia num contexto como este.

Pois vou começar, falando de um livro de Umberto Eco intitulado *Serendipities, language and lunacy* que a University of Columbia publicou em 1996 com textos de palestras desse semiólogo e romancista italiano. O livro é uma continuação de outra obra de Eco, *Em Busca da Língua Perfeita*, e tanto seu texto como o título, *Serendipities, língua e insensatez*, são inteligentes, eruditos e deliciosos, razão por que até lhes aconselho a leitura de ambos. Mas... que é mesmo *serendipity*?

Essa palavra foi cunhada em 1754 por um escritor inglês chamado Horace Walpole, para traduzir certo dom que têm algumas pessoas de atrair acontecimentos felizes ou de descobrir coisas úteis de que não estavam à procura. (Em português existe um horroroso aportuguesamento, *serendipidade*, mas que é palavra muito pouco usada, graças a Deus!)

E de onde teria ele tirado esse *serendipity*? Bom, isso foi de uma velha lenda persa intitulada *Os Três Príncipes de Serendip*, uma história de três nobilíssimos heróis que tinham essa tal característica de acidentalmente dar com coisas ótimas à procura das quais nunca tinham andado. Perfeito. Mas... que seria esse *Serendip* do título? Serendip é o nome atribuído por alguns viajantes e autores portugueses antigos à ilha do Ceilão. Ó, perdoem, não ao Ceilão, mas ao Sri Lanka, que afinal assim se chama desde 1972! Serendip, Ceilão, Sri Lanka...

Só que outros viajantes e autores de semelhante envergadura chamaram, também no passado, de Serendip à ilha de Samatra na Indonésia. Samatra? Mas não seria *Sumatra* o certo? Bem, os portugueses que lá chegaram no século XV, recolheram esse nome, que por todo o século XVI e XVII continuou a manter esse *a* na sílaba inicial: **Samátara** (mas escrito Camatarra) em 1499, **Çamatra** na *Década* I de João de Barros (sXVI) etc. Quando a palavra ganhou a Europa e chegou à Inglaterra, os anglo-saxões imitaram a pronúncia desse *\ã* inicial português e o grafaram com **u** (para que soasse, por exemplo, como na palavra *mud*). E que acabamos fazendo muitos de nós, usuários da língua portuguesa? Passamos a escrever a palavra também com *u* – talvez esquecidos de que *u* em português soa *u* mesmo... Daí o *Sumatra* em lugar do *Samatra* original, que é a forma mais próxima do étimo provavelmente árabe dessa palavra. Veja-se aí o emprego da filologia

em auxílio do levantamento das formas toponímicas históricas ou da fixação de geônimos mais condizentes com a história das palavras na língua.

E quantas vezes na Guerra do Iraque lemos sobre ou ouvimos falar de Basra? Pois tal palavra, que soou ao ouvido de todos como inaudita, não passa da transcrição inglesa moderna de um nome geográfico que entrou no português no século XVI como *Baçorá*, e que é como está em António Tenreiro em 1565, na *Década* II de João de Barros etc. Todos sabemos quanto é importante que os nomes geográficos históricos sejam referidos ao lado das novas formas que vão ganhando nas línguas, para que não se percam relações nem informações – trabalho filológico que é auxiliar do geográfico e do cartográfico, como vêm.

Mas façamos agora uma digressão pela Terra Nova (ou melhor, Newfoundland, como exige a ortodoxia dos *endônimos*, que são os topônimos estrangeiros tal como são escritos em sua língua original, ou seja, não traduzidos nem adaptados às outras línguas). Por que isso? É que li há pouco num texto da Secretaria de Turismo dessa ilha e província canadense que ela contava com alguns dos topônimos mais esquisitos do mundo. Davam como exemplo o Mistaken Point (Lugar Errado) e a Nameless Cove (literalmente, Enseada Sem Nome). O fato de ter sido ali a vida muito dura nos primeiros tempos, levou seus colonizadores a batizarem povoados com nomes como Empty Basket (Cesta Vazia), Bare Need (Nua Necessidade ou, numa tradução mais livre, Falta Tudo) e mesmo Famish Gut (Tripa Cheia de Fome). Outros desses antigos denominadores, porém mais bem humorados que os acima citados, deixaram gravados na história da geografia de Newfoundland nomes como Come-by-Chance (Apareça-por-Acaso), Ha Ha Bay (Baía Ha Ha) e Bleak Joke Cove (qualquer coisa como Enseada da Piada Infeliz).

São mesmo adoráveis esses nomes, mas atenção que também temos excentricidades onomásticas a enumerar. As motivações dos nossos nomeadores não foram as mesmas dos canadenses, obviamente, mas não deixam de ser igualmente deliciosas coisas como Cacete Armado no PA, São Miguel do Gostoso no RN, Porto-Boi-Só em PE; um seringal chamado Axioma no AM; o rio Preto da Eva no AM; Arroio do Só no RS; Afogados da Ingazeira em PE; Passa-Três em SP, Passa-Quatro em MG, Passa Sete em RS, Passa-Vinte em MG; Canjica em MG; o furo Feijão Preto em MT, o rio Feijão Cru em MG; fonte do Pau-D'Água em MT; Cabe Chico no AM, Baixinha de Todos os Santos em MG, Bufadeira no Paraná, Serelepe em SP.

Como todo mundo sabe, diversos antropônimos foram usados como topônimos, o que é o caso de Wagner na Bahia, ou de muitas localidades com nome e sobrenome, como Ribamar Riquene no MA, Lebon Régis e Abdon Batista em SC, e, mais raramente, até com três nomes, como é o caso de Márcia B. Serpa no RS. ¿E que dizer dos saborosos Montividiu em GO; Feliz Deserto em AL; Castelo dos Sonhos no PA; Se-Me-Apanhas no MA; Emburrado na Bahia, a aurífera Vai-Quem-Quer em RO, Dores do Indaiá em MG, Dores do Turvo tb. em MG; Porto do Boi Morto em MT; Vaca Seca na BA, Vaca Morta na BA e PI, Pau Casado BA, Barraca da Boca no Amapá, ilha de Babaquara no Xingu, Toca-Vaca em MT, Varre-Sai no RJ, Porto da Galinha em MG, Duas e Dois na BA, Come-Assado em GO, Amarra-Couro (ilha da Bahia); Morro Cabeça no Tempo, um município do PI; Rio Chato no PA; Valha-Me-Deus, vila no MA; rio Riozinho no PR, Sabacuzinho em Porto Seguro; Curralinho no PA, Juruvalho na BA, Veadão em GO? – e vocês certamente conhecerão outros para me contar.

Entenda-se porém: não tenho nada contra nomes assim. Só os enumerei por tê-los achado curiosos quando os encontrei há tempos num trabalho que fazia de revisão ortográfica para um mapa desenhado no estrangeiro.

O que **não** é possível aceitar são as incorreções ortográficas e os delírios pseudocriativos de pessoas que não dominam inteiramente as regras da língua e que registram topônimos e outros onomásticos – ou aceitam o seu registro – com palavras existentes na língua, mas mal escritas, fora do padrão estabelecido, de costas para a ortografia, para os acordos sobre o modo de grafá-las, os quais seguem normas propostas por comissões de especialistas e ganham oficialização pelo poder público.

Claro que a língua compreende em seu corpo diferenças regionais, individuais e de nível social e profissional, entre tantas outras. Afinal de contas, tal coisa, além de típica da espontaneidade da comunicação, é também fato totalmente desejável, porque a pujança das línguas se mostra e comprova, entre outros elementos co-ocorrentes, no somatório de suas variantes.

Acontece, porém, que, para a *representação escrita* de uma língua efetivar-se em sua atribuição precípua de comunicar mensagens entre todos, é essencial que os leitores reconheçam em cada uma de suas formas escritas determinada palavra e apenas aquela.

A ortografia é a norma da forma gráfica das palavras de uma língua e é estabelecida exatamente para ensinar essa intercomunicação. Apenas em casos atípicos se consentem duas grafias para um mesmo vocábulo. A padronização da forma de grafar as palavras é uma convenção, e exatamente por isso pode ser alterada. Mas, embora se trate de convenção, ela não é arbitrária.

Nossa ortografia se baseia na fonologia das palavras do português e também em sua etimologia. Tanto a etimologia como a evolução histórica da língua são razões por que não é desejável escrever Aquirás com –z, Camarajibe com g, Itaquatiara com -co-, Majé com g, Moçoró com ss, Mojiguaçu e Mojimirim com g e hífen, Piraçununga com ss, Susano com z etc. – embora seja assim, impropriamente grafadas, que os seus documentos oficiais as refiram, e que elas estejam registradas nas fichas e bases informáticas até do IBGE. Mas há regras para se grafarem nomes próprios no português e pôr-se em ação o método da tolerância zero em matéria de desordem ortográfica só tem vantagens e nada desprezíveis.

Antes de falarmos nisso, vejamos, porém, o que ocorre com línguas com óbices de registro consideravelmente maiores que os nossos. Que tal o chinês para começar?

Na China não há *um* chinês, mas diversas *línguas* (ou *dialetos*, na dependência do lingüista que as estuda). Quando um chinês usa o *wu* ou o *yüeh* para falar com outro chinês da área do *hakka*, do *min* ou do mandarim, eles em geral não se entendem. Para os seus ouvidos, essas línguas soam, uma em relação a outra, mais ou menos como para nós o francês em relação ao espanhol, o português ao romeno, o italiano ao catalão, ou o espanhol ao rético ou ao provençal. Quem usa uma dessas línguas pode não ser capaz de entender o que o outro diz quando lhe falam em outra dessas línguas, uma vez que há grande número de diferenças tanto na pronúncia quanto no vocabulário entre elas. Mas todos os chineses escrevem suas línguas utilizando uma mesma convenção que é comum a todos. Antes utilizavam o chinês literário para isso. No início do século XX, surgiu um programa de unificação da língua baseada no mandarim, de que resultou o moderno padrão chinês dito *kuo yü* ‘língua nacional’ ou *p’u-t’ung-hua* ‘língua comum’.

Não lhes preciso dizer que na China, não ocorreria, como aqui poderia acontecer, algum prefeito da área, digamos, de Chongqing alterar o registro

do ideograma de um topônimo que incluía o símbolo de uma mulher, acrescentando nele dois peitinhos à altura do tórax, por achar que fica mais bonito assim. Da mesma forma, seria impensável que outro homem público, digamos em T'ien-Tsin, conseguisse a alteração do desenho de outro símbolo gráfico tradicional ideogramático, na pretensão de deixar marcada na toponímia chinesa a sua passagem pela administração nessa municipalidade lá no Norte chinês. É que a China é velha e sábia, e há muitíssimo percebeu que é preciso haver estrita *ordem* (ortográfica) para se chegar ao *progresso* (comunicacional). E tal coisa não é simples para eles, como bem podem perceber.

E o que acontece com o árabe? Essa língua é hoje a sexta mais falada do mundo, com mais de 250 milhões de usuários espalhados por 21 países. Mas toda essa gente fala o mesmo árabe? Claro que não. Há grande número de dialetos e variedades, que se agrupam em três áreas geográficas básicas – uma oriental, uma ocidental e uma central. É fácil de imaginar a multiplicidade de seus falantes e a diversidade cultural desses países. Mas tal coisa não obsta que a língua oficial dos meios de comunicação de massa do mundo árabe em qualquer lugar seja uma e apenas uma, escrita do mesmíssimo jeito, legível e compreensível em todos os países islamitas ou onde o árabe é falado – o árabe unificado moderno.

Enquanto isso, ficamos aqui discutindo para tirar um *-z* final de Aquirás, ou trocar um *g* por um *j* em outras grafias de topônimos brasileiros cujo étimo seja indígena. E *existe* na língua uma norma de grafá-los. Questiuínculas assim não são coisa de somenos; sua relevância, perto das desvantagens de não estabelecermos uma forma única de grafá-las, é considerável.

Enquanto o problema da China é fazer escrever de um mesmo modo mais de 1 bilhão de pessoas que falam línguas ou dialetos diferentes, aqui a veleidade de um político ou administrador faz a mídia passar a escrever com *y* uma palavra que todo mundo aprendeu a escrever com *i* na escola.

Goytacazes com *y* não é a homenagem que há que se prestar ao povoamento com o nome de Campo dos Goitacazes onde estiveram aldeados os Guaytaká-Mopi e os Guaytaká-Yakorito no norte do Estado do Rio, dos quais sobravam apenas uns poucos remanescentes na segunda metade do século XIX, nas proximidades de Cabo Frio e de Campos. Usar esse *y* é apenas voltar a escrever como se fazia em Portugal antes de 1911. Ou no século XIX ou XVIII, a fase pseudo-etimológica da língua. Seria isso

esperto? Inteligente? Justificável? Para mim não é mais que retroagir; é trazer levemente ‘ruído’ à comunicação, já tão conturbada, do português do Brasil.

Que diabo ! Depois de 11 séculos, nossa língua atingiu um período de depuração do modo de ser grafada e isso se deveu a uma proposta feita em 1904 por um filólogo chamado Gonçalves Viana. Nessa data, ele publicou um livro intitulado *Ortografia Nacional* com uma tese perfeitamente fundamentada na história interna da língua e em suas tendências, sugerindo simplificação de nossa grafia pela eliminação dos símbolos herdados das origens gregas de algumas palavras (os **th** como em *athleta*, os **rh** como em *rhomboidal*, os **ph** como em *pharmacia*, os **ch** com som de **k** como em *chrisma*, os **y** como em *chrySTALLINO*) e outras medidas depuradoras. Ufa! Soprava enfim a modernidade em nossa ortografia – e eu disse **1904**, amigos. E agora nos aparecem com coisas como Campos de Goytacazes com *y*? O *y* só teria função aí se se tratasse não de um topônimo, mas de um etnônimo brasílico. E que é isso? Assim se chama o registro escrito de cada grupo indígena nacional, grafado sob uma convenção especial estabelecida por antropólogos e lingüistas para fins técnicos. Não é o caso aqui, obviamente, sem mencionar que o etnônimo brasílico dos goitacazes é... Guaytaká, como disse acima.

E os jornais cariocas, que passaram a escrever Theatro Municipal com *th*, achando por certo tal coisa elegantíssima. Por quê? Provavelmente pelo fato de que alguém, de olhos e mente `sagazes`, percebeu que, na fachada dessa construção (que é de 1909 ou coisa que o valha), era assim que estava escrito...

E por que não Nictheroy – muito mais *fashion*, se me permitem dizê-lo, que Niterói? E por que não radicalizar de vez e passarmos a usar a ortografia dos heróicos tempos dos templários e das lutas contra os mouros na península Ibérica? Por que não nos utilizarmos dessa nobre proto-história da ortografia portuguesa, oportunidade em que abandonaríamos a pobre grafia de um nome como Gonçalves Dias e voltariamos a escrever Gundesalbiz Diaz. Ou deixariamos a denominação usual e sem graça do santo padroeiro do Rio de Janeiro e passariamos a chamá-lo de Santo Sebachão ou mesmo algo mais radical como São Sauaschão – afinal, ambas formas históricas atestadas em documentos medievais.

Sinceramente... Lembro-me de uma exortação de Almada Negreiros que dizia: “Coragem, portugueses; só lhes faltam qualidades!” Riam comigo, mas bem que poderíamos nos apropriar dessa sua cruel lucidez, pensando em nós mesmos.

E isso teria jeito? Claro que sim. No caso específico da onomástica de lugares, o que nos falta, além de vontade e organização, é um órgão nacional padronizador, uma autoridade com poderes oficiais para estabelecer georreferenciamentos seguros, mas que também tivesse peso legal para registrar toponímias, corrigir denominações, rejeitar tolices, dirimir co-ocorrências onomásticas, fixar nomes e lugares de modo claro e correto; bater o martelo em questões onde ocorram dissidências, dúvidas ou incompreensões; facultar pesquisa de campo utilizando grupos de trabalho capazes. E isso não na década vindoura. O quanto antes, já, ontem mesmo. E estou falando em termos de todo o Brasil.

Nesse particular, o mais inteligente dos nossos estados, o Paraná, prógono de tantas medidas de vanguarda, sai mais uma vez na frente com este trabalho de nomes geográficos, e essa é a razão mesma de estarmos aqui gostosamente reunindo idéias e esforços. Que esta nossa reunião se torne num bem-sucedido ensaio para o resto do país, que tanto carece de bons exemplos a seguir neste particular.

Volto a repisar que escrever-se de modo padronizado e ortograficamente correto é fundamental para a intercomunicação. É sabido que, durante a Guerra do Viet-Nam, podem ter ocorrido bombardeios norte-americanos tragicamente mal orientados contra aldeias que foram erroneamente tomadas por outras. A razão disso? Topônimos parecidos e/ou eventualmente mal transliterados para o modo de grafar românico usado no Ocidente.

Escrever errado, em alguns casos-limite como o relatado, pode ser até fatal – e não estou dizendo nada diferente do que ficou até agora dito a respeito de fixação de nomes geográficos – atividade, como se sabe, também fundamental em diversos outros casos de importância socioeconômica e educacional: por exemplo, quanto à indicação geográfica associada a arranjos produtivos locais; auxílio internacional em caso de catástrofes; problemas com o número de municípios brasileiros, como no caso do BNDES já referido aqui por outro conferencista; também no que toca a livros escolares de texto, manuais, enciclopédias, mapas e cartas, documentos oficiais de comunicação nacional e internacional, textos da

mídia; igualmente no que concerne ao trabalho de revisão de textos, às atividades do turismo, ao registro da história, à defesa e desenvolvimento ambientais etc. etc.

O que **não** lhes preciso dizer é que essa entidade oficial padronizadora de geônimos que todos preconizamos como absolutamente necessária (e que já virá tarde no Brasil) é obviamente um colegiado de diversas especialidades interligadas de que todos fazemos parte, e que funciona com base em nossa articulação e em nosso trabalho solidário. E há que se lutar por ela em qualquer situação, tanto pela importância da sua razão de ser e das suas funções, como pelo fato de que ninguém irá organizá-la por nós assim de mão beijada. Não dá para ficar sentado à espera de que a criem para nós.

De repente, lembrei-me da história de Mark Twain, que se inscreveu entre os Confederados para lutar na guerra de Secessão norte-americana, mas desistiu duas semanas depois porque chovia muito. Enfim, ele era um gozador e não o culpo por essa gracinha. Ele também dizia gostar do Paraíso por seu clima, e do Inferno pelas companhias. E afiançava que a música de Wagner era melhor do que soava... Tudo bem. Só sei é que a Confederação Sulista perdeu a guerra de Secessão, mas, quanto a nós, pode chover a potes, que estamos aí mesmo para nos molhar.

Bem, era isso que eu queria dizer, motivo por que aqui me detenho e me despeço, agradecendo a sua paciência de me ouvir. Quanto ao quesito “que é que um filólogo está afinal fazendo neste encontro”, espero que vocês tenham percebido. Em tempo, filólogo é quem, entre outras coisas, estuda o desenvolvimento de uma língua ou de uma família de línguas, pesquisando especialmente a história de sua morfologia e fonologia, baseado em documentos escritos e na crítica de textos redigidos nessa língua ou línguas.

Até uma próxima vez e obrigado. Foi um prazer estar entre vocês.

Mauro de Salles Villar é diretor do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e co-autor do Dicionário Houaiss

BIBLIOGRAFIA:

Dicionário etimológico da língua portuguesa. José Pedro Machado. Lisboa, 3ª. ed., 1977. 5 v.

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Houaiss, Antônio e Villar, Mauro de Salles. Rio de Janeiro: Objetiva 1ª. ed. rev. e ampliada, 2004
- Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa.** Lisboa, 2ª. ed., 1993, 3 vol.
- Encyclopaedia Britannica.** Chicago: William Benton, 1974. 30 v.
- Glossário luso-asiático.** Sebastião Rodolfo Dalgado. New Delhi, 1988. 2 vol.
- Grande Enciclopédia Delta-Larousse.** Rev. e atual. Rio de Janeiro: Delta, c1974. 15 v.
- Linguasphere Register of the World's Languages and Speech Communities.** Wales: David Dalby, 1999. 2 v.
- A nova ortografia da língua portuguesa – Acordo de 1991** (no prelo). Antônio Houaiss e José Carlos Azeredo, 2008